



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCUMÃ
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
CNPJ: 22.981.088/0001-02

LDO

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O
EXERCÍCIO DE 2021**

Exercício 2022



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCUMÃ
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
CNPJ: 22.981.088/0001-02

MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº 09/2021, DE 29 DE ABRIL DE 2021.

CÂMARA MUNICIPAL DE TUCUMÃ-PA
Aprovado em 1º Turno em 21/06/21
Aprovado em 2º Turno em / /
Poder Legislativo

Excelentíssimo Senhor

WELINGTON FARIA DA COSTA

Presidente da Câmara Municipal de Tucumã

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Excelentíssimos Senhores Vereadores e Senhoras Vereadoras da Câmara Municipal de Tucumã, Estado do Pará, dirijo-me a Vossa Excelência e aos seus Ilustres Pares, para encaminhar o Projeto de Lei que “Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2022, e dá outras providências”, em cumprimento ao disposto no §2º, do Art. 165, da Constituição Federal, ao §3º do Art. 204, da Constituição do Estado do Pará e da Lei Orgânica do Município de Tucumã e nos termos estabelecidos na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO é o instrumento de conexão entre o Plano Plurianual – PPA e Orçamento anual. Tem a função de estabelecer a ligação entre o curto prazo - “Lei Orçamentária” e o longo prazo - “PPA 2022-2025”.



CAMARA MUNICIPAL DE TUCUMÃ-PA
Aprovado em 1º Turno em 21/06/21
Aprovado em 2º Turno em ___/___/___
Poder Legislativo

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCUMÃ
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
CNPJ: 22.981.088/0001-02

A LDO define as normas e diretrizes que orientarão a elaboração da LOA para o exercício financeiro de 2022.

A LDO 2022 é apresentada com as metas de receita, despesa, resultado primário e resultado nominal, abrangendo o orçamento fiscal e da seguridade social, como também a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público. A correspondente execução orçamentária e financeira será registrada na sua totalidade em sistema consolidado e integrado.

O Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais foram elaborados conforme as orientações da 11ª edição do "Manual de Demonstrativos Fiscais", editado pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda.

Portanto, o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2022 resulta da realidade econômica e financeira do município, considerando estimativas de receitas, de despesas e de metas fiscais em função da política fiscal vigente, sem perder de vista a importância do equilíbrio entre gastos e receitas em respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal. Sendo observados os parâmetros macroeconômicos na definição das metas para as receitas, despesas, resultado nominal e primário.

O Projeto de Lei encontra-se estruturado em 6 (seis) capítulos, os quais abordam regras gerais e específicas de condutas pertinentes as mais diversificadas políticas e ações públicas a serem adotadas em benefício da melhoria da qualidade de vida dos munícipes sejam no aspecto econômico, social e da cidadania. São os seguintes os capítulos estruturantes do Projeto de Lei:

I - Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal;

II - Metas e riscos fiscais;

III - Diretrizes para o Orçamento;



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCUMÃ
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
CNPJ: 22.981.088/0001-02

IV - Das Transferências para as Organizações da Sociedade Civil;

V - Disposições sobre alterações na Legislação Tributária Municipal;

VI - Disposições relativas a dívida pública municipal; e

VII - Disposições Gerais.

Acompanham, ainda, o presente Projeto de Lei o Anexo de Metas, os riscos fiscais e projeção atuarial para o exercício de 2022.

Enfim, confiante no alto espírito público de Vossa Excelência e dos Excelentíssimos Senhores Vereadores e Senhoras Vereadoras, com vistas à aprovação do Projeto de Lei aqui referido, aproveito o ensejo para apresentar-lhes protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,


Celso Lopes Cardoso
Prefeito Municipal de Tucumã



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCUMÃ
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
CNPJ: 22.981.088/0001-02

PROJETO DE LEI Nº 09/2021, DE 29 DE ABRIL DE 2021.

**DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO
FINANCEIRO DE 2022 E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

A Câmara Municipal de Tucumã, Estado do Pará, aprovou e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no § 2º do art. 165 da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, no art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 e na Lei Orgânica do Município de Tucumã, as diretrizes gerais para elaboração do orçamento do Município, relativas ao exercício financeiro de 2022, compreendendo as:

- I - Prioridades e metas da administração pública municipal
- II - Metas e riscos fiscais;
- III - Diretrizes gerais para o orçamento;
- IV - Das Transferências para as Organizações da Sociedade Civil;



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCUMÃ
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
CNPJ: 22.981.088/0001-02

V - Disposições sobre alterações na legislação tributária;

VI - Disposições relativas à dívida pública municipal; e

VII - Disposições finais.

CAPÍTULO II

METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º Dado o descompasso temporal existente na legislação e em consonância com o art. 165, § 2º, da Constituição, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2022 serão exatamente as constantes no Plano Plurianual 2022-2025 a ser enviado ao Poder Legislativo até 31 de agosto de 2021, especificadas na programação detalhada do exercício em tela, as quais terão alocação garantida de recursos na lei orçamentária de 2022, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§1º. A Lei Orçamentária destinará recursos para a operacionalização das metas e prioridades mencionadas no caput deste artigo e aos seguintes objetivos básicos das ações de caráter continuado:

I - previsão dos gastos com o pessoal e encargos sociais do Poder Executivo e do Poder Legislativo;

II - compromissos relativos ao serviço da dívida pública;

III - despesas indispensáveis ao custeio de manutenção da administração municipal e;

IV - conservação e manutenção do patrimônio público.



CÂMARA MUNICIPAL DE TUCUMÃ-PA
Aprovado em 1º Turno em 21/06/21
Aprovado em 2º Turno em / /
Poder Legislativo

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCUMÃ
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
CNPJ: 22.981.088/0001-02

CAPÍTULO III
METAS E RISCOS FISCAIS

Art. 3º. Integram esta Lei os Anexos referenciados nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000.

Parágrafo único. A elaboração do Projeto de Lei e a execução da Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2022 deverão levar em conta as metas de resultado primário e nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais constante desta Lei.

Art. 4º. Estão discriminados, em Anexo integrante desta Lei, os Riscos Fiscais, nos quais são avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.

CAPÍTULO IV
DIRETRIZES PARA O ORÇAMENTO

Seção I
Disposições Gerais

Art. 5º. O Projeto de Lei Orçamentária Anual, que compreende o Orçamento Fiscal, da Seguridade Social, será elaborado conforme as diretrizes, os objetivos e as metas estabelecidas no Plano Plurianual 2022-2025, e nesta Lei, observadas as normas da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 6º. A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual e nos quadros que o integram, serão elaboradas a preços correntes, explicitada a metodologia utilizada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCUMÃ
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
CNPJ: 22.981.088/0001-02

Art. 7º. O Poder Executivo colocará à disposição da Câmara Municipal, a estimativa da receita, inclusive a corrente líquida, para o exercício subsequente, acompanhada da respectiva memória de cálculo, nos termos do § 3º do art. 12 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 8º. A Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2022 conterà dispositivos para adequar a despesa à receita, em função dos efeitos econômicos que decorram de:

I - realização de receitas não previstas;

II - disposições legais em nível federal, estadual ou municipal que impactem de forma desigual as receitas previstas e as despesas fixadas; e

III - adequação na estrutura do Poder Executivo, desde que sem aumento de despesa, nos casos em que é dispensado de autorização legislativa.

Parágrafo único. A adequação da despesa à receita, de que trata o caput deste artigo, decorrente de qualquer das situações previstas nos incisos I, II e III, implicará a revisão das metas e prioridades para o exercício de 2022, da qual será dada a devida publicidade.

Art. 9º. O Projeto de Lei Orçamentária Anual será encaminhado à Câmara Municipal, conforme estabelecido no § 5º do art. 165 da Constituição Federal, e no art. 2º, seus parágrafos e incisos, da Lei Federal nº 4.320, de 1964, e será composto de:

I - texto da lei;

II - resumo da receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, por categoria econômica, segundo a origem dos recursos;

III - resumo da despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, segundo a origem dos recursos;

IV - resumo da despesa por função, segundo a origem dos recursos;



CÂMARA MUNICIPAL DE TUCUMÃ-PA
Aprovado em 1º Turno em 21/06/21
Aprovado em 2º Turno em ____/____/____
Poder Legislativo

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCUMÃ
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
CNPJ: 22.981.088/0001-02

V - resumo da despesa por Poderes e Órgãos, segundo a origem dos recursos;

VI - resumo do quadro geral da receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por categoria econômica e natureza da receita, segundo a origem dos recursos;

VII - quadro geral da receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por categoria econômica e natureza da receita, segundo a origem dos recursos;

VIII - demonstrativo da receita por órgão;

IX - quadro geral da despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder e Órgão, segundo os grupos de natureza da despesa e fonte de recursos;

X - quadro geral da despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder e Órgão, segundo as categorias de programação, grupos de natureza da despesa, fontes de recursos e modalidades de aplicação;

XI - consolidação dos quadros orçamentários.

§1º. Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso XI deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III e parágrafo único, da Lei Federal nº 4.320, de 1964, os seguintes quadros:

I - discriminação da legislação básica da receita e da despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

II - evolução da receita do Tesouro Municipal por categoria econômica e natureza da receita;



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCUMÃ
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
CNPJ: 22.981.088/0001-02

III - evolução da despesa do Tesouro Municipal por categoria econômica e grupos de natureza da despesa;

IV - demonstrativo da despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão e função;

V - demonstrativo da receita e despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, por categoria econômica e seus desdobramentos;

VI - demonstrativo da receita e planos de aplicação dos Fundos Especiais, que obedecerá ao disposto no inciso I do § 2º do art. 2º da Lei Federal nº 4.320, de 1964;

VII - consolidação das despesas por projetos, atividades e operações especiais, segundo a categoria econômica, apresentados em ordem numérica;

VIII - demonstrativo de função, sub função e programa por projeto, atividade e operação especial;

IX - demonstrativo de função, sub função e programa por categoria econômica;

X - demonstrativo de função, sub função e programa conforme o vínculo com os recursos;

XI - demonstrativo da despesa de pessoal e encargos sociais por Poder, confrontando a sua totalização com a receita corrente líquida, nos termos dos arts. 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000, acompanhado da memória de cálculo, não podendo exceder os limites estabelecidos na legislação aplicável;

XII - demonstrativo da aplicação anual dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos do art. 212 da Constituição Federal.



CÂMARA MUNICIPAL DE TUCUMÃ-PA
Aprovado em 1º Turno em 21/06/21
Aprovado em 2º Turno em / /
Poder Legislativo

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCUMÃ
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
CNPJ: 22.981.088/0001-02

XIII - demonstrativo da aplicação anual do Município em ações e serviços públicos de saúde, por categoria de programação, grupos de natureza da despesa e modalidade de aplicação, conforme Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, e Arts. 3º e 4º da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;

XIV - demonstrativo das categorias de programação a serem financiadas com recursos de operações de crédito realizadas e a realizar, com indicação da dotação, do grupo de natureza da despesa, da modalidade de aplicação.

XV - demonstrativo dos projetos, por categoria de programação.

XVI - relação das ordens precatórias a serem cumpridas com as dotações para tal fim constantes da proposta orçamentária, com a indicação da origem e dos números do processo judicial e precatório, das datas do trânsito em julgado da sentença e da expedição do precatório, do nome do beneficiário e do valor de cada precatório a ser pago, nos termos do § 5º do art. 100 da Constituição Federal;

§2º. A Mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária Anual conterá:

I - relato sucinto do desempenho financeiro da Prefeitura nos últimos dois anos e cenário para o exercício a que se refere a proposta;

II - resumo da política econômica e social do Governo;

§3º. Os programas do governo serão detalhados por órgão da Administração Direta, Indireta e Fundacional, conforme o inciso III do § 2º do art. 2º da Lei Federal nº 4.320, de 1964.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCUMÃ
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
CNPJ: 22.981.088/0001-02

§4º. Os documentos referidos nos incisos deste artigo e nos do seu § 1º serão encaminhados em meio eletrônico, juntamente com o original impresso autografado pelo Prefeito, na forma em que se constituirá na Lei de Orçamento, após aprovação pela Câmara Municipal.

§5º. O Poder Executivo enviará, também, à Câmara Municipal, juntamente com os documentos referidos no § 4º e igualmente em meio eletrônico, a despesa discriminada por elemento de despesa, com a finalidade exclusiva de subsidiar a análise do Projeto de Lei Orçamentária.

§6º. A Mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária, bem como seus anexos, será disponibilizada à Câmara Municipal em meio eletrônico, juntamente com o original impresso e autografado pelo Prefeito.

§7º. A Mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária, bem como seus anexos, será disponibilizada pelo Poder Executivo na internet.

Art. 10. O Projeto de Lei Orçamentária Anual atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para 2022, que compreende os gastos com pessoal e encargos sociais, serviço da dívida e custeio de manutenção dos órgãos municipais.

Seção II

Diretrizes para o Orçamento

Subseção I

Organização, Estrutura e Elaboração do Orçamento

Art. 11. O Projeto de Lei Orçamentária Anual terá sua despesa discriminada por:

I - Unidade Orçamentária;

II - Função;



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCUMÃ
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
CNPJ: 22.981.088/0001-02

III - Sub função;

IV - Programa;

V - Atividade, Projeto e Operação Especial;

VI - Subtítulo;

VII - Esfera de Governo;

VIII - Fonte de Recursos;

IX - Categoria Econômica;

X - Grupo de Natureza da Despesa; e

XI - Modalidade de Aplicação.

§1º. Os conceitos de função, sub função, programa, atividade, projeto e operação especial são aqueles dispostos na Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

§2º. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas de resultado, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§3º. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária Anual por programas, atividades, projetos ou operações especiais e poderão ser desdobradas em subtítulos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCUMÃ
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
CNPJ: 22.981.088/0001-02

§4º. O subtítulo é o menor nível de categoria de programação, sendo utilizado, especialmente, para especificar a localização física da ação.

§5º. Ficam vedadas na especificação dos subtítulos:

I - alterações do produto e da finalidade da ação; e

II - referências a mais de uma localidade, área geográfica ou beneficiário, se determinados.

§6º. Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a sub função às quais se vinculam.

§7º. Os conceitos e códigos de categoria econômica, grupo de natureza da despesa e modalidade de aplicação são aqueles dispostos pela Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal.

Art. 12. Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação, com as suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recursos, expressa por categoria econômica, indicando-se para cada uma, os grupos de natureza da despesa a que se refere.

Art. 13. Os Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social compreenderão a programação do Poder Legislativo, do Poder Executivo, seus Fundos, Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Art. 14. O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações nas áreas de assistência social, previdência social e saúde, obedecerá ao definido nos arts. 165, § 5º, III, 194, 195, §§ 1º e 2º, e 198, § 2º, III, da Constituição Federal, e contará,



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCUMÃ
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
CNPJ: 22.981.088/0001-02

dentre outros, com recursos provenientes das demais receitas próprias dos Órgãos, Fundos e Entidades que integram exclusivamente esse orçamento.

Art. 15. O Orçamento da Seguridade Social discriminará os recursos do Município e a transferência de recursos da União para o Município, para execução descentralizada das ações de saúde e de assistência social, conforme estabelecido na Lei Orgânica do Município.

Subseção II

Alteração Orçamentária e Programação de Despesa

Art. 16. A abertura de créditos adicionais suplementares, nos termos estabelecidos em lei, mediante o cancelamento total ou parcial de dotações, por grupos de natureza da despesa, deverá visar à otimização dos objetivos das atividades-meio ou à viabilização dos resultados almejados nos programas.

Art. 17. Na programação de novos investimentos dos órgãos da Administração Direta, Autarquias, Fundos e Fundações, serão observadas as seguintes determinações do § 5º do art. 5º e do art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000:

I - a conservação do patrimônio público e os investimentos em fase de execução terão preferência sobre os novos projetos; e

II - não poderão ser programados novos projetos à conta de anulação de dotação destinada aos investimentos em andamento.

Art. 18. As despesas obrigatórias de caráter continuado definidas no art. 17 da Lei Complementar nº 101, de 2000, e as despesas de que trata o art. 18, relativas a projetos em andamento, cuja autorização de despesa decorra de relação contratual anterior, serão reempenhadas nas dotações próprias ou, em casos de insuficiência orçamentária, mediante transposição, remanejamento ou transferência de recursos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCUMÃ
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
CNPJ: 22.981.088/0001-02

Art. 19. A execução orçamentária e financeira da despesa poderá ser efetuada de forma descentralizada, para atender à necessidade de otimização administrativa visando à consecução de um objetivo comum que resulte no aprimoramento da ação de Planejamento de Governo.

Parágrafo único. No caso da descentralização de créditos entre órgãos, a medida deverá ser explicitada e estipulada as obrigações recíprocas por meio de Deliberação ou Portaria de Descentralização Orçamentária.

Art. 20. Após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Poder Executivo divulgará, por unidade orçamentária de cada Órgão, Fundo e Entidade que integram os orçamentos de que trata esta Lei, o detalhamento da despesa, especificando para cada categoria de programação e grupos de natureza da despesa, os respectivos desdobramentos, para fins de execução orçamentária.

Art. 21. O detalhamento da despesa da Câmara Municipal, para fins de execução orçamentária, será aprovado e estabelecido por ato próprio de seus dirigentes, obedecidas as dotações constantes da Lei Orçamentária.

§1º. O Poder Legislativo fica autorizado a realizar aberturas de créditos suplementares, eventualmente necessários, durante o transcurso do exercício financeiro mediante remanejamento de suas próprias dotações.

§ 2º. Os créditos suplementares citados no §1º deste artigo serão abertos por atos próprios do Presidente do Poder Legislativo.

Subseção III

Disposição Relativas às Despesas com Pessoal e Encargos Sociais



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCUMÃ
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
CNPJ: 22.981.088/0001-02

Art. 22. O Poder Executivo e o Poder Legislativo terão como limites na elaboração de suas propostas orçamentárias para pessoal e encargos sociais o disposto na norma constitucional e nos arts. 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000, e a despesa com pessoal ativo e inativo do Município não poderá exceder os limites estabelecidos na legislação vigente sobre a matéria.

Parágrafo único. O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa com pessoal.

Subseção IV

Precatórios e Sentenças Judiciais

Art. 23. O Projeto de Lei Orçamentária Anual deverá conter a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais, regularmente apresentados até 1º de julho de 2021 para pagamento no exercício de 2022, conforme determinações do § 5º do art. 100 da Constituição Federal, discriminados por Órgão da Administração Direta, Autarquias e Fundações, e por grupos de natureza da despesa.

Parágrafo único. Deverá ainda constar do Projeto de Lei Orçamentária, de forma destacada dos precatórios contidos no caput, a relação dos débitos resultantes dos parcelamentos de precatórios de exercícios anteriores.

Art. 24. A atualização monetária dos precatórios, conforme decidido pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade - ADIs 4357 e 4425, e das parcelas resultantes da aplicação do art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias observará, no exercício de 2022, inclusive em relação às causas trabalhistas, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E.

Art. 25. A Lei Orçamentária destinará dotação específica para pagamento dos débitos consignados em requisições judiciais de pequeno valor, na forma preconizada no § 3º do art. 100 da



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCUMÃ
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
CNPJ: 22.981.088/0001-02

Constituição Federal, bem como no inciso II do art. 87 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Seção III
Das Vedações

Art. 26. Na programação das despesas, será vedado:

I - a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais suplementares, de quaisquer recursos do Município, para clubes e associações de servidores, e de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde, educação, lazer e esporte que estejam registradas no Conselho de áreas afins.

II - pagamento, a qualquer título, a servidor público, da ativa, ou a empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviço de consultoria ou assistência técnica, inclusive os custeados com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;

Art. 27. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Seção IV
Emendas ao Projeto de Lei Orçamentária

Art. 28. As propostas de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária ou aos projetos de lei que a modifiquem, a que se referem o inciso IV do art. 36 da Lei Orgânica do Município e os



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCUMÃ
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
CNPJ: 22.981.088/0001-02

artigos desta Lei, somente poderão ser apreciadas se apresentadas com a forma e o nível de detalhamento estabelecidos nesta Lei e a indicação dos recursos compensatórios correspondentes.

Art. 29. As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2022 ou aos projetos de lei que modifiquem a Lei Orçamentária Anual devem atender às seguintes condições:

I - serem compatíveis com o Plano Plurianual e com as diretrizes e disposições desta Lei;

II - indicarem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa;

III - não serão admitidas anulações de despesa que incidam sobre dotações para:

a) pessoal e encargos sociais; e

b) serviço da dívida.

Art. 30. As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual deverão considerar, ainda, a prioridade das dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais e outras despesas obrigatórias, assim entendidas aquelas com legislação ou norma específica, despesas financiadas com recursos vinculados e recursos para compor a contrapartida municipal de empréstimos internos e externos.

Art. 31. Por meio da Secretaria Municipal de Administração, o Poder Executivo Municipal deverá atender às solicitações encaminhadas pela Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara Municipal, relativas a informações quantitativas e qualitativas complementares julgadas necessárias à análise da proposta orçamentária.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCUMÃ
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
CNPJ: 22.981.088/0001-02

Art. 32. Em consonância com o que dispõe o § 5º do art. 166 da Constituição Federal, poderá o Prefeito enviar Mensagem à Câmara Municipal para propor modificações aos Projetos de Lei Orçamentária enquanto não estiver iniciada a segunda votação da parte cuja alteração é proposta.

Seção V

Disposições sobre a Limitação Orçamentária e Financeira

Art. 33. Caso seja necessária a limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas de resultado primário ou nominal, estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, a redução far-se-á de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de "outras despesas correntes", "investimentos" e "inversões financeiras" do Poder Executivo, do Poder Legislativo, observada a programação prevista para utilização das respectivas dotações.

§1º. Não serão objeto de limitação de empenho as despesas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, de precatórios judiciais e de obrigações constitucionais e legais.

§2º. Na hipótese de ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará à Câmara Municipal, o montante que caberá a cada um destes na limitação do empenho e na movimentação financeira, acompanhado da respectiva memória de cálculo, bem como das premissas e da justificativa do ato.

§3º. O Poder Executivo e o Poder Legislativo deverão divulgar os ajustes processados, discriminados por órgão.

§4º. Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, a recomposição far-se-á obedecendo ao disposto no art. 9º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCUMÃ
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
CNPJ: 22.981.088/0001-02

Art. 34. Os métodos e processos de controle de custos serão praticados em todos os órgãos da Administração Municipal, através de regulamento do Poder Executivo.

Parágrafo único. Na proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2022, as categorias de programação por meio das quais serão executadas as despesas referentes aos projetos e às atividades-fim, deverão estar estruturadas de forma a permitir a efetiva contabilização dos custos das ações do Plano Plurianual cuja execução ocorra naquele exercício.

Art. 35. Em razão de eventuais discontinuidades de política econômica, o Poder Executivo poderá enviar Mensagem reavaliando os parâmetros relativos às metas fiscais até o prazo de que tratam o § 5º do art. 166 da Constituição Federal.

Seção VI

Transparência da Gestão Fiscal

Art. 36. Salvo as legalmente definidas como sigilosas, o Poder Executivo, para fins de transparência da gestão fiscal e em observância ao princípio da publicidade, tornará disponíveis na internet, para acesso de toda sociedade, no mínimo, as seguintes informações:

I - os Planos Plurianuais, Orçamentos e Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II - as Prestações de Contas e respectivos Pareceres Prévios;

III - o Relatório Resumido da Execução Orçamentária; e

IV - o Relatório de Gestão Fiscal.

CAPÍTULO V

Das Transferências para as Organizações da Sociedade Civil



CÂMARA MUNICIPAL DE TUCUMÃ-PA
Aprovado em 1º Turno em 21/06/21
Aprovado em 2º Turno em _____
Poder Legislativo

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCUMÃ
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
CNPJ: 22.981.088/0001-02

Art. 37. Os órgãos e entidades integrantes dos Orçamentos, Fiscal e da Seguridade Social poderão executar seus programas de trabalho mediante transferência de recursos financeiros a entidades privadas, observadas a legislação vigente e a classificação da despesa na modalidade de aplicação 50, prevista no Anexo II, da Portaria Interministerial nº 163/2001 e suas modificações.

Art. 38. As transferências de recursos financeiros entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil deverão ser realizadas conforme as regras dispostas pela Lei Federal nº 4.320, de 1964, e pela Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§1º. As transferências que trata o caput do artigo somente poderão ser destinadas as entidades privadas sem fins lucrativos.

§2º. Para habilitar-se ao recebimento de recursos referidos no caput deste artigo, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar os documentos elencados na Lei Federal nº 13.019, de 2014, regulamentada por ato do Poder Executivo Municipal.

§3º. As transferências que trata o caput do artigo serão efetivadas através de convênios, termos de colaboração e termos de fomento.

§4º. O beneficiário das transferências de que trata o caput deste artigo deverá estar regular em relação a regularidade fiscal e contribuições tributárias, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente recebidos.

Art. 39. A Administração Pública Municipal poderá destinar recursos, por meio de auxílios financeiros ou materiais de distribuição gratuita, para direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas, desde que devidamente comprovadas, constantes de programas sociais previstos em Lei.


Parágrafo único. Para fins do disposto neste artigo, entende-se por:



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCUMÃ
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
CNPJ: 22.981.088/0001-02

I - auxílios financeiros a pessoas físicas: dotações destinadas a atender despesas de concessão de auxílio financeiro diretamente a pessoas físicas, sob diferentes modalidades, como ajuda ou apoio financeiro e subsídio ou complementação na aquisição de bens;

II - material de distribuição gratuita: dotações destinadas a atender despesa com a aquisição de materiais de distribuição gratuita, tais como livros didáticos, gêneros alimentícios, materiais de construção e outros materiais ou bens que possam ser distribuídos gratuitamente, exceto os destinados a premiações culturais, artísticas, científicas, desportivas e outras.

Art. 40. Os órgãos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social poderão executar seus programas de trabalho mediante transferências a título de concessão e permissão às entidades privadas de utilidade pública com fins lucrativos, mediante as condições dispostas na Lei Federal nº 8.987, de 1995, na Lei Municipal nº 8.847, de 2011 e no art. 175, parágrafo único, incisos I, II, III e IV, da Constituição Federal, observada a classificação da despesa na modalidade de aplicação 60, prevista no Anexo II, da Portaria Interministerial nº 163/2001 e suas modificações.

Art. 41. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do órgão municipal concedente e do Tribunal de Contas dos Municípios, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

CAPÍTULO VI
DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA
MUNICIPAL

Art. 42. As receitas serão estimadas e discriminadas de duas formas:



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCUMÃ
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
CNPJ: 22.981.088/0001-02

I - considerando a legislação tributária vigente até a data do envio do Projeto de Lei Orçamentária à Câmara Municipal; e

II - considerando, se for o caso, os efeitos das alterações na legislação tributária, resultantes de Projetos de Lei encaminhados à Câmara Municipal até três meses antes do encerramento do exercício de 2021, especialmente sobre:

- a) reavaliação das alíquotas dos tributos;
- b) critérios de atualização monetária;
- c) aperfeiçoamento dos critérios para correção dos créditos do Município recebidos com atraso;
- d) alteração nos prazos de apuração, arrecadação e recolhimento dos tributos;
- e) extinção, redução e instituição de isenções de incentivos fiscais;
- f) revisão das contribuições sociais, destinadas à seguridade social;
- g) revisão da legislação sobre Taxas; e
- h) concessão de anistia e remissões tributárias.

Art. 43. Caso não sejam aprovadas as modificações referidas no inciso II do art. 40 ou estas o sejam parcialmente, de forma a impedir a integralização dos recursos estimados, o Poder Executivo providenciará os ajustes necessários, mediante decretos, na hipótese de previsão de despesa na Lei Orçamentária Anual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCUMÃ
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
CNPJ: 22.981.088/0001-02

Parágrafo único. Os decretos referidos no caput deste artigo deverão informar o impacto dos ajustes necessários sobre as metas e prioridades da Administração.

Art. 44. Na aplicação de lei que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira dever-se-á observar a devida anulação de despesas em valor equivalente caso produza impacto financeiro no mesmo exercício, respeitadas as disposições do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 45. A Lei Orçamentária Anual garantirá recursos para pagamento da despesa com a dívida contratual e com o refinanciamento da dívida pública municipal, nos termos dos contratos firmados.

CAPÍTULO VIII
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 46. Se o Projeto de Lei Orçamentária não for sancionado até 31 de dezembro de 2021, sua programação poderá ser executada, mediante a utilização mensal de um valor básico correspondente a um doze avos das dotações para despesas correntes de atividades e um treze avos quando se tratar de despesas com pessoal e encargos sociais, constantes da proposta orçamentária.

§1º. Excetuam-se do disposto no caput deste artigo as despesas correntes nas áreas de assistência social, previdência social, saúde, esportes e educação, bem como aquelas relativas ao serviço da dívida, amortização, precatórios judiciais e despesas à conta de recursos vinculados, que serão executadas segundo suas necessidades específicas e o efetivo ingresso de recursos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCUMÃ
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
CNPJ: 22.981.088/0001-02

§2º. Não será interrompido o processamento de despesas com investimentos em andamento.

Art. 47. Respeitado o disposto no art. 22 da Lei Complementar nº 101, de 2000, a concessão de vantagens e aumentos de remuneração, a criação de cargos e mudanças de estruturas de carreiras e admissão de pessoal ficam condicionadas à disponibilidade de dotação orçamentária suficiente para atender às projeções e aos acréscimos dela decorrentes.

§1º. Fica o Poder Executivo autorizado a elaborar o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores Administrativos Prefeitura Municipal de Tucumã e de outros órgãos da Administração Indireta e Fundacional.

§2º. Fica o Poder Executivo autorizado a revisar o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores da Educação.

§3º. Fica o Poder Executivo autorizado a revisar o Regime o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores da Saúde.

§4º. Fica o Poder Executivo autorizado a revisar o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Tucumã.

Art. 48. Fica autorizado o Poder Executivo a adequar as classificações das receitas, despesas e fontes de recursos, caso haja alterações das mesmas pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

Art. 49. O Poder Executivo buscará o aprimoramento do processo da participação e controle social do Orçamento Cidadão para definição das prioridades de investimento, ampliação e aperfeiçoamento da participação da sociedade civil na gestão da cidade, melhoria da articulação das instâncias participativas e aumento da integração com os instrumentos de planejamento e gestão,



CÂMARA MUNICIPAL DE TUCUMÃ-PA
Aprovado em 1º Turno em 23/06/23
Aprovado em 2º Turno em ___/___/___
Poder Legislativo


PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCUMÃ
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
CNPJ: 22.981.088/0001-02

garantindo a transparência, a justiça social e a excelência da gestão pública democrática, participativa e eficiente.

Art. 50. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tucumã, Estado do Pará, em 29 de abril de 2021.

Atenciosamente,


Celso Lopes Cardoso
Prefeito Municipal de Tucumã

TUCUMÃ - PARA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
I - METAS ANUAIS
2022

CÂMARA MUNICIPAL DE TUCUMÃ-PA
Atribuído em 1ª Turma em 22/06/22
Formado em 2ª Turma em / /
Poder Legislativo

ESPECIFICAÇÃO	2022				2023				2024			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante (a / PIB) x 100	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante (b / PIB) x 100	% PIB (b / PIB) x 100	% RCL (b / RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante (c / PIB) x 100	% PIB (c / PIB) x 100	% RCL (c / RCL) x 100
Receta Total	183.599.345,12	151.095.378,05	0,08	87,88	203.279.842,37	159.016.922,13	0,08	87,81	172.398.338,83	169.989.398,27	0,09	87,81
Recetas Primárias (1)	156.873.098,74	150.715.718,19	0,08	87,44	163.278.481,59	168.016.362,62	0,08	87,86	171.963.506,88	166.580.200,25	0,09	87,86
Recetas Primárias Correntes	169.163.242,86	163.468.539,95	0,08	-	177.601.405,94	172.000.419,51	0,10	-	188.632.472,30	180.031.003,33	0,10	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	16.703.629,88	16.140.331,42	0,01	-	17.538.810,40	16.988.741,54	0,01	-	18.418.250,86	17.633.078,41	0,01	-
Contribuições	3.680.208,66	3.591.808,18	0,00	-	3.843.291,88	3.722.279,59	0,00	-	4.038.412,11	3.608.190,42	0,00	-
Transferências Correntes	144.883.873,64	138.814.082,26	0,08	-	161.028.592,33	147.146.007,10	0,08	-	158.594.984,34	154.603.607,46	0,08	-
Demais Recetas Primárias Correntes	4.555.861,92	3.987.341,41	0,00	-	4.371.001,70	4.178.301,48	0,00	-	4.526.648,28	4.386.481,08	0,00	-
Recetas Totais	183.599.345,12	147.071.481,58	0,11	120,84	203.279.842,37	166.861.300,12	0,11	124,28	213.643.538,40	206.735.365,12	0,11	124,28
Despesas Primárias (1)	182.804.048,12	189.390.948,03	0,11	120,48	202.808.102,37	196.133.042,48	0,11	120,78	212.633.601,88	206.840.634,81	0,11	120,78
Despesas Primárias Correntes	138.842.048,35	134.874.810,96	0,08	-	148.581.180,78	141.947.845,78	0,08	-	153.888.208,21	148.045.238,08	0,08	-
Passivos e Encargos Sociais	61.811.373,05	78.052.441,88	0,19	-	65.861.946,95	83.188.026,48	0,16	-	90.187.037,88	87.387.808,78	0,16	-
Cateter Financeiras Correntes	57.770.679,21	85.892.472,03	0,23	-	60.888.216,12	58.748.840,31	0,20	-	93.882.178,83	81.687.282,28	0,19	-
Despesas Primárias de Capital	53.282.809,76	31.498.026,17	0,03	-	88.947.041,60	54.185.096,70	0,03	-	58.744.393,88	46.805.286,54	0,03	-
Requisição de Recursos a Fugir as Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Primário (III) = (I) - (II)	195.885.246,96	135.643.229,86	(0,02)	(23,04)	198.273.710,79	125.514.488,87	(0,02)	(23,10)	140.810.088,30	139.389.214,37	(0,02)	(23,10)
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativas (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivas (V)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Nominal (VI) = (III) + (IV) - (V)	195.885.246,96	135.643.229,86	(0,02)	(23,04)	198.273.710,79	125.514.488,87	(0,02)	(23,10)	140.810.088,30	139.389.214,37	(0,02)	(23,10)
Divida Pública Contratada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Divida Contratada Liquida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas Financeiras Ativas da FPP (VII)	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00
Despesas Primárias pagadas por FPP (VIII)	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00
Imposto de Selo da FPP (VII) = (VII) - (VIII)	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00

Fonte: (Relatório da LRF)

TUCUMÃ – PARÁ
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 II - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
 2022

AMF – Demonstrativo 2 (LRF, art 4º, § 2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2020	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2020	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c)=(b-a)	% (c/a)x100
Receita Total	138.642.023,17	0,09	101,12	116.192.877,48	0,07	102,07	(22.449.145,69)	(16,19)
Receitas Primárias (I)	137.947.253,83	0,09	100,62	116.192.877,48	0,07	102,07	(21.754.376,35)	(16,77)
Despesa Total	165.837.294,20	0,10	120,96	108.367.160,30	0,07	95,20	(57.470.133,90)	(34,65)
Despesas Primárias (II)	175.080.482,65	0,11	105,57	118.038.560,07	0,07	103,69	(57.041.922,58)	(32,58)
Resultado Primário (I - II)	(37.133.228,82)	(0,02)	(27,08)	(1.845.682,59)	(0,00)	(1,62)	35.287.546,23	(95,03)
Resultado Nominal	(37.133.228,82)	(0,02)	(27,08)	(1.725.416,11)	(0,00)	(1,52)	35.407.812,71	(95,35)
Dívida Pública Consolidada	3.550.288,02	0,00	2,59	3.550.288,02	0,00	3,12	-	-
Dívida Consolidada Líquida	(5.390.666,20)	(0,00)	(3,93)	(5.390.666,20)	(0,00)	(4,74)	-	-

Fonte: / Relatórios da LRF

TUCUMÃ - PARA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
III - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NO TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2022

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art 4º, § 2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2019	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	
Receita Total	100.327.764,94	116.192.877,48	16,81	148.927.482,81	28,17	156.398.608,74	5,00	164.187.037,08	5,00	172.396.398,93	5,00	
Receitas Primárias (I)	100.241.564,94	116.192.877,48	15,81	148.548.282,61	27,86	155.975.896,74	5,00	163.774.481,58	5,00	171.983.205,66	5,00	
Despesa Total	92.048.966,41	108.367.180,30	17,73	184.390.000,11	70,14	193.598.945,12	5,00	203.279.942,37	5,00	213.443.839,48	5,00	
Despesas Primárias (II)	95.555.372,37	118.038.560,07	23,63	184.070.062,59	55,94	192.864.945,12	4,78	202.508.182,37	5,00	212.633.801,98	5,00	
Resultado Primário (III) = (I - II)	4.688.292,67	(1.845.682,60)	(139,38)	(35.521.779,98)	(1.824,59)	(36.888.248,38)	3,85	(38.733.710,79)	5,00	(40.670.396,33)	5,00	
Resultado Nominal	10.721.514,56	(1.725.416,11)	(116,00)	(35.521.779,98)	(1.958,74)	(36.888.248,38)	3,85	(38.733.710,79)	5,00	(40.670.396,33)	5,00	
Dívida Pública Consolidada	3.846.389,08	3.650.288,02	(7,70)	-	(100,00)	-	-	-	-	-	-	
Dívida Consolidada Líquida	(60.358.302,52)	(5.380.866,20)	(81,07)	-	(100,00)	-	-	-	-	-	-	

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2019	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	
Receita Total	96.182.307,48	111.768.080,25	15,56	142.088.047,52	27,81	151.095.378,05	6,34	159.018.822,11	5,24	166.969.866,21	5,00	
Receitas Primárias (I)	96.098.705,07	111.168.060,25	15,68	141.731.020,52	27,49	150.715.718,18	6,34	158.919.352,62	5,24	166.590.320,25	5,00	
Despesas Total	88.245.580,87	103.880.788,65	17,49	175.919.187,21	88,67	187.071.161,68	6,34	195.881.300,12	5,24	208.725.265,12	5,00	
Despesas Primárias (II)	91.607.108,10	112.933.945,72	23,28	175.822.614,82	55,51	186.380.948,03	6,11	186.133.842,48	5,24	206.940.534,81	5,00	
Resultado Primário (III) = (I - II)	4.492.655,87	(1.765.885,47)	(139,31)	(33.891.594,29)	(1.819,29)	(35.645.229,85)	5,17	(37.514.489,87)	5,24	(38.380.214,37)	5,00	
Resultado Nominal	10.278.510,74	(1.850.789,86)	(116,06)	(33.891.594,29)	(1.953,04)	(35.645.229,85)	5,17	(37.514.489,87)	5,24	(38.380.214,37)	5,00	
Dívida Pública Consolidada	3.667.459,57	3.396.754,71	(7,89)	-	(100,00)	-	-	-	-	-	-	
Dívida Consolidada Líquida	(57.864.340,07)	(5.157.545,16)	(81,09)	-	(100,00)	-	-	-	-	-	-	

Fonte: Relatórios da LRF

TUCUMÃ – PARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
IV - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2022

CÂMARA MUNICIPAL DE TUCUMÃ-PA
 Aprovada em 1ª Turma em 21/06/21
 Aprovada em 2ª Turma em / /
 Poder: Legislação

AMF – Demonstrativo 4 (LRF, art 4º, § 2º, inciso III)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2020	%	2019	%	2018	%
Patrimônio/Capital	-	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	41.149.178,75	100,00	14.212.296,62	100,00	13.471.371,20	100,00	
TOTAL	41.149.178,75	100,00	14.212.296,62	100,00	13.471.371,20	100,00	

R\$ 1,00

RÉGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2020	%	2019	%	2018	%
Patrimônio	-	-	-	2.034.503,22	14,32	1.928.439,07	14,32
Reservas	-	-	-	145.068,51	1,02	137.505,70	1,02
Resultado Acumulado	11.680.331,78	28,39	33.312.326,23	234,39	31.575.884,67	234,39	
TOTAL	11.680.331,78	28,39	35.491.897,96	249,73	33.641.609,44	249,73	

Fonte: / Relatórios da LRF

TUCUMÃ – PARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
V - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2022

AMF – Demonstrativo 5 (LRF, art 4º, § 2º, Inciso III) R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2020	2019	2018
RECEITAS DE CAPITAL – ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	-	86.100,00	-
Alienação de Bens Móveis	-	86.100,00	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Rendimentos de Aplicações Financeiras	-	-	-
DESPESAS EXECUTADAS	2020	2019	2018
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-
Investimentos	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização/Refinanciamento da Dívida	-	-	-
DESPESAS DECORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-
SALDO FINANCEIRO	2020	2019	2018
VALOR (III)	86.100,00	86.100,00	-

Fonte: / Relatórios da LRF

RECEITAS E DESPESAS PREVISIONÁRIAS DO REGIME PRECATORIAL DE FINANÇAS DAS Cidades			
PLANO PREVISIONÁRIO			
	2018	2019	2020
RECEITAS PREVISIONÁRIAS - RPPS			
RECEITAS CORRENTES (R)			
Recursos de Contribuintes dos Segurados	4.228.941,17	1.479.361,33	3.354.979,41
Cofre	1.336.961,17	1.479.361,33	2.064.170,11
Alíquota	1.336.961,17	1.479.361,33	2.064.170,11
Outras Receitas	0,00	0,00	0,00
Parcelamento	0,00	0,00	0,00
Multa	0,00	0,00	0,00
Alíquota	0,00	0,00	0,00
Imposto	0,00	0,00	0,00
Parcelamento	0,00	0,00	0,00
Recursos de Contribuintes Personais	2.277.466,11	3.277.000,00	3.488.811,61
Cofre	2.277.466,11	3.277.000,00	3.488.811,61
Alíquota	2.277.466,11	3.277.000,00	3.488.811,61
Parcelamento	0,00	0,00	0,00
Multa	0,00	0,00	0,00
Alíquota	0,00	0,00	0,00
Imposto	0,00	0,00	0,00
Parcelamento	0,00	0,00	0,00
Recursos Patrimoniais	4.870.199,31	4.691.811,42	3.384.869,74
Recursos Imobiliários	0,00	0,00	0,00
Recursos de Valores Mobiliários	4.870.199,31	4.691.811,42	3.384.869,74
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Recursos de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Contribuição Previdenciária do RPPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Aportes Financeiros para a Realização do Déficit Atual do RPPS (R)	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (C)			
Reposição de Bônus, Dívidas e Risco	0,00	0,00	0,00
Amortização de Financiamentos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVISIONÁRIAS RPPS - (R) + (C) + (R)			
	1.169.3.124,17	1.748.162,75	1.239.239,64
DESPESAS PREVISIONÁRIAS - RPPS			
ADMINISTRAÇÃO (A)			
Despesas Correntes	504.199,12	0,00	0,00
Despesas de Capital	504.199,12	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (P)			
Benefícios - Cofre	1.933.282,43	4.938.223,79	4.937.973,35
Aposentadorias	1.946.171,36	4.938.223,79	3.243.266,16
Parcelas	967.706,07	0,00	154.472,87
Déficit Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Aduidos - Média	0,00	0,00	0,00
Admissões	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Contribuição Previdenciária do RPPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVISIONÁRIAS (A) + (P) + (C) + (A)			
	1.008.398,24	4.938.223,79	4.937.973,35
RECEITAS E DESPESAS PREVISIONÁRIAS (RPPS) - (R) + (C) + (R) - (A) + (P) + (C)			
	160.925,93	254.938,96	201.266,29
RECEITAS E DESPESAS PREVISIONÁRIAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			
	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL DO RPPS			
	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVISIONÁRIO DO RPPS			
Plano de Aposentação - Contribuição Patronal Substituída	0,00	0,00	0,00
Plano de Aposentação - Aportes Financeiros de Valores Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura do Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL DO RPPS			
	0,00	0,00	0,00
RECEITAS E DESPESAS PREVISIONÁRIAS (RPPS) - (R) + (C) + (R) - (A) + (P) + (C)			
	160.925,93	254.938,96	201.266,29
RECEITAS E DESPESAS PREVISIONÁRIAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			
	0,00	0,00	0,00
RECEITAS E DESPESAS PREVISIONÁRIAS (RPPS) - (R) + (C) + (R) - (A) + (P) + (C)			
	160.925,93	254.938,96	201.266,29

CÂMARA MUNICIPAL DE TUCUMÁ
 Aprovada em 1º turno em 21/06/2018
 em 2º turno em 21/06/2018
Poder Legislativo

[Handwritten signature]

1/1

1. Este é o Plano 2018/2020. Assuma que os valores previstos foram gastos. Não se trata de orçamento, pois não há previsão de receitas e despesas em exercício. Este documento é meramente informativo e não constitui ato administrativo. O Poder Executivo não é obrigado a cumprir o conteúdo deste documento. O Poder Legislativo não é obrigado a aprovar o conteúdo deste documento.

TUCUMÃ – PARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
VII - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2022

AMF – Demonstrativo 7 (LRF, art 4º, § 12º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES / PROGRAMA / BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DA RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2022	2023	2024	
ANISTIA/REMISSÃO/ ISENÇÃO	Impostos e Taxas	TRIBUTAÇÃO	723.765,00	759.953,25	797.950,91	FOMENTO A ARRECADADAÇÃO
TOTAL			723.765,00	759.953,25	797.950,91	

Fonte:

TUCUMÃ – PARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

VIII - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2022

AMF – Demonstrativo 8 (LRF, art 4º, § 2º, inciso V)

R\$ milhares

EVENTO	VALOR PREVISTO 2022
Aumento Permanente da Receita	0,00
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0,00
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I + II)	0,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	0,00
Novas DOCC geradas por PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III - IV)	0,00

Fonte:

TUCUMÃ - PARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ANEXO - RISCOS FISCAIS
2022

ARF (LRF - art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	200.000,00	Abertura de Créditos Adicionais	200.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avalis e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes			
SUBTOTAL	200.000,00	SUBTOTAL	200.000,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação			
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais			
SUBTOTAL	0,00	SUBTOTAL	0,00
TOTAL	200.000,00	TOTAL	200.000,00

Fonte:



CAMARA MUNICIPAL DE TUCUMÃ-PA
 aprovada em 1ª Turma em 25/06/22
 aprovada em 2ª Turma em / /
 Poder Legislativo

**RREO - RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - LRF Art 53, § 1º, inciso II**
PLANO PREVIDENCIÁRIO - GERAÇÃO ATUAL - (Plano de Custeio Equilíbrio)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	Valor (a)	Valor (b)	Valor (c) = (a - b)	Valor (d) = Saldo Financeiro do exercício anterior + (c)
2019				56.458.249,25
2020	8.182.278,51	4.581.763,17	3.600.515,34	60.058.764,59
2021	8.379.190,39	4.642.376,12	3.736.814,27	63.795.578,86
2022	8.481.338,42	5.189.820,94	3.291.517,48	67.087.096,34
2023	9.619.029,98	5.996.031,49	3.622.998,49	70.710.094,83
2024	10.770.016,03	6.873.767,42	3.896.248,61	74.606.343,45
2025	10.739.614,58	7.846.866,91	2.892.747,67	77.499.091,12
2026	10.751.017,75	8.540.093,38	2.210.924,37	79.710.015,49
2027	10.555.970,64	9.678.927,59	877.043,05	80.587.058,54
2028	10.464.192,14	10.324.700,06	139.492,08	80.726.550,62
2029	10.070.110,00	11.683.775,90	(1.613.665,90)	79.112.884,72
2030	9.741.442,04	12.574.066,41	(2.832.624,37)	76.280.260,35
2031	9.421.608,33	13.203.473,00	(3.781.864,67)	72.498.395,68
2032	9.022.693,83	13.910.266,59	(4.887.572,76)	67.610.822,92
2033	8.581.853,07	14.500.706,54	(5.918.853,47)	61.691.969,45
2034	8.131.430,38	14.937.612,26	(6.806.181,88)	54.885.787,57
2035	7.567.712,76	15.595.739,64	(8.028.026,89)	46.857.760,68
2036	7.027.532,02	15.911.650,88	(8.884.118,86)	37.973.641,82
2037	6.516.075,00	16.031.065,83	(9.514.990,82)	28.458.651,00
2038	5.952.080,28	16.153.130,64	(10.201.050,36)	18.257.600,63
2039	5.303.700,31	16.465.538,05	(11.161.837,75)	7.095.762,89
2040	4.920.407,22	16.661.059,44	(11.740.652,22)	(4.644.889,33)
2041	4.929.008,77	16.766.773,94	(11.837.765,17)	(16.482.654,50)
2042	4.980.117,82	16.598.317,24	(11.618.199,43)	(28.100.853,93)
2043	4.997.115,10	16.681.021,83	(11.683.906,73)	(39.784.760,66)
2044	5.042.590,96	16.121.751,81	(11.079.160,86)	(50.863.921,52)
2045	5.081.031,57	16.082.990,68	(11.001.959,11)	(61.865.880,63)
2046	5.128.946,69	16.010.058,89	(10.881.112,20)	(72.746.992,83)
2047	5.193.016,51	15.826.517,55	(10.633.501,05)	(83.380.493,88)
2048	5.270.983,01	15.170.610,63	(9.899.627,62)	(93.280.121,50)
2049	5.326.700,22	14.498.450,22	(9.171.750,00)	(102.451.871,50)
2050	5.406.930,26	13.702.444,31	(8.295.514,06)	(110.747.385,55)
2051	5.488.437,03	13.813.524,18	(8.325.087,15)	(119.072.472,71)
2052	5.571.240,86	13.032.853,11	(7.461.612,25)	(126.534.084,95)
2053	5.655.362,40	12.389.566,74	(6.734.204,34)	(133.268.289,29)
2054	5.740.822,60	11.631.150,28	(5.890.327,68)	(139.158.616,97)
2055	-	10.943.916,57	(10.943.916,57)	(150.102.533,54)
2056	-	10.125.515,20	(10.125.515,20)	(160.228.048,74)

Continua na próxima página

159



Continuação (...)

PLANO PREVIDENCIÁRIO - GERAÇÃO ATUAL - (Plano de Custeio Equilíbrio)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	Valor (a)	Valor (b)	Valor (c) = (a - b)	Valor (d) = Saldo Financeiro do exercício anterior + (c)
2057	-	9.373.998,07	(9.373.998,07)	(169.602.046,81)
2058	-	8.930.352,46	(8.930.352,46)	(178.532.399,27)
2059	-	8.011.224,79	(8.011.224,79)	(186.543.624,07)
2060	-	7.489.751,94	(7.489.751,94)	(194.033.376,00)
2061	-	6.738.668,43	(6.738.668,43)	(200.772.044,43)
2062	-	5.766.077,20	(5.766.077,20)	(206.538.121,63)
2063	-	5.083.280,97	(5.083.280,97)	(211.621.402,61)
2064	-	4.454.000,51	(4.454.000,51)	(216.075.403,11)
2065	-	3.443.257,79	(3.443.257,79)	(219.518.660,91)
2066	-	2.761.284,29	(2.761.284,29)	(222.279.945,20)
2067	-	2.234.833,37	(2.234.833,37)	(224.514.778,56)
2068	-	1.691.387,46	(1.691.387,46)	(226.206.166,02)
2069	-	1.119.991,97	(1.119.991,97)	(227.326.157,99)
2070	-	1.009.609,53	(1.009.609,53)	(228.335.767,51)
2071	-	665.999,22	(665.999,22)	(229.001.766,74)
2072	-	603.004,39	(603.004,39)	(229.604.771,13)
2073	-	446.629,45	(446.629,45)	(230.051.400,58)
2074	-	368.050,31	(368.050,31)	(230.419.450,89)
2075	-	291.013,07	(291.013,07)	(230.710.463,96)
2076	-	213.823,69	(213.823,69)	(230.924.287,65)
2077	-	79.386,95	(79.386,95)	(231.003.674,60)
2078	-	76.956,51	(76.956,51)	(231.080.631,11)
2079	-	22.968,14	(22.968,14)	(231.103.599,25)
2080	-	21.944,07	(21.944,07)	(231.125.543,32)
2081	-	22.001,13	(22.001,13)	(231.147.544,45)
2082	-	22.058,33	(22.058,33)	(231.169.602,78)
2083	-	17.531,73	(17.531,73)	(231.187.134,51)
2084	-	17.485,63	(17.485,63)	(231.204.620,14)
2085	-	12.923,27	(12.923,27)	(231.217.543,41)
2086	-	12.864,72	(12.864,72)	(231.230.408,13)
2087	-	12.898,17	(12.898,17)	(231.243.306,30)
2088	-	8.287,84	(8.287,84)	(231.251.594,14)
2089	-	8.216,52	(8.216,52)	(231.259.810,66)
2090	-	8.237,88	(8.237,88)	(231.268.048,53)
2091	-	161,54	(161,54)	(231.268.210,07)
2092	-	-	-	(231.268.210,07)
2093	-	-	-	(231.268.210,07)
2094	-	-	-	(231.268.210,07)
2095	-	-	-	(231.268.210,07)

160

**RREO - RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - LRF Art 53, § 1º, Inciso II
PLANO PREVIDENCIÁRIO - GERAÇÃO ATUAL e FUTURA - (Plano de Custeio Equilíbrio)**

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	Valor (a)	Valor (b)	Valor (c) = (a - b)	Valor (d) = Saldo Financeiro do exercício anterior + (c)
2019				56.458.249,25
2020	8.182.278,51	4.581.763,17	3.600.515,34	60.058.764,59
2021	8.379.190,39	4.642.376,12	3.736.814,27	63.795.578,86
2022	8.481.338,42	5.189.820,94	3.291.517,48	67.087.096,34
2023	9.619.029,98	5.996.031,49	3.622.998,49	70.710.094,83
2024	10.770.016,03	6.873.767,42	3.896.248,61	74.606.343,45
2025	10.739.614,58	7.846.866,91	2.892.747,67	77.499.091,12
2026	10.751.017,75	8.540.093,38	2.210.924,37	79.710.015,49
2027	10.555.970,64	9.678.927,59	877.043,05	80.587.058,54
2028	10.464.192,14	10.324.700,06	139.492,08	80.726.550,62
2029	10.070.110,00	11.683.775,90	(1.613.665,90)	79.112.884,72
2030	9.741.442,04	12.574.066,41	(2.832.624,37)	76.280.260,35
2031	9.421.608,33	13.203.473,00	(3.781.864,67)	72.498.395,68
2032	9.022.693,83	13.910.266,59	(4.887.572,76)	67.610.822,92
2033	8.581.853,07	14.500.706,54	(5.918.853,47)	61.691.969,45
2034	8.131.430,38	14.937.612,26	(6.806.181,88)	54.885.787,57
2035	7.567.712,76	15.595.739,64	(8.028.026,89)	46.857.760,68
2036	7.027.532,02	15.911.650,88	(8.884.118,86)	37.973.641,82
2037	6.516.075,00	16.031.065,83	(9.514.990,82)	28.458.651,00
2038	5.952.080,28	16.153.130,64	(10.201.050,36)	18.257.600,63
2039	5.303.700,31	16.465.538,05	(11.161.837,75)	7.095.762,89
2040	4.920.407,22	16.661.059,44	(11.740.652,22)	(4.644.889,33)
2041	4.929.008,77	16.766.773,94	(11.837.765,17)	(16.482.654,50)
2042	4.980.117,82	16.598.317,24	(11.618.199,43)	(28.100.853,93)
2043	4.997.115,10	16.681.021,83	(11.683.906,73)	(39.784.760,66)
2044	5.042.590,96	16.121.751,81	(11.079.160,86)	(50.863.921,52)
2045	5.081.031,57	16.082.990,68	(11.001.959,11)	(61.865.880,63)
2046	5.128.946,69	16.010.058,89	(10.881.112,20)	(72.746.992,83)
2047	5.193.016,51	15.826.517,55	(10.633.501,05)	(83.380.493,88)
2048	5.270.983,01	15.170.610,63	(9.899.627,62)	(93.280.121,50)
2049	5.326.700,22	14.498.450,22	(9.171.750,00)	(102.451.871,50)
2050	5.406.930,26	13.702.444,31	(8.295.514,06)	(110.747.385,55)
2051	5.488.437,03	13.813.524,18	(8.325.087,15)	(119.072.472,71)
2052	5.571.240,86	13.032.853,11	(7.461.612,25)	(126.534.084,95)
2053	5.655.362,40	12.389.566,74	(6.734.204,34)	(133.268.289,29)
2054	5.740.822,60	11.631.150,28	(5.890.327,68)	(139.158.616,97)
2055	-	10.943.916,57	(10.943.916,57)	(150.102.533,54)
2056	-	10.125.515,20	(10.125.515,20)	(160.228.048,74)

Continua na próxima página

161



Continuação (...)

PLANO PREVIDENCIÁRIO - GERAÇÃO ATUAL e FUTURA - (Plano de Custeio Equilíbrio)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	Valor (a)	Valor (b)	Valor (c) = (a - b)	Valor (d) = Saldo Financeiro do exercício anterior + (c)
2057	-	9.373.998,07	(9.373.998,07)	(169.602.046,81)
2058	-	8.930.352,46	(8.930.352,46)	(178.532.399,27)
2059	-	8.011.224,79	(8.011.224,79)	(186.543.624,07)
2060	-	7.489.751,94	(7.489.751,94)	(194.033.376,00)
2061	-	6.738.668,43	(6.738.668,43)	(200.772.044,43)
2062	-	5.766.077,20	(5.766.077,20)	(206.538.121,63)
2063	-	5.083.280,97	(5.083.280,97)	(211.621.402,61)
2064	-	4.454.000,51	(4.454.000,51)	(216.075.403,11)
2065	-	3.443.257,79	(3.443.257,79)	(219.518.660,91)
2066	-	2.761.284,29	(2.761.284,29)	(222.279.945,20)
2067	-	2.234.833,37	(2.234.833,37)	(224.514.778,56)
2068	-	1.691.387,46	(1.691.387,46)	(226.206.166,02)
2069	-	1.119.991,97	(1.119.991,97)	(227.326.157,99)
2070	-	1.009.609,53	(1.009.609,53)	(228.335.767,51)
2071	-	665.999,22	(665.999,22)	(229.001.766,74)
2072	-	603.004,39	(603.004,39)	(229.604.771,13)
2073	-	446.629,45	(446.629,45)	(230.051.400,58)
2074	-	368.050,31	(368.050,31)	(230.419.450,89)
2075	-	291.013,07	(291.013,07)	(230.710.463,96)
2076	-	213.823,69	(213.823,69)	(230.924.287,65)
2077	-	79.386,95	(79.386,95)	(231.003.674,60)
2078	-	76.956,51	(76.956,51)	(231.080.631,11)
2079	-	22.968,14	(22.968,14)	(231.103.599,25)
2080	-	21.944,07	(21.944,07)	(231.125.543,32)
2081	-	22.001,13	(22.001,13)	(231.147.544,45)
2082	-	22.058,33	(22.058,33)	(231.169.602,78)
2083	-	17.531,73	(17.531,73)	(231.187.134,51)
2084	-	17.485,63	(17.485,63)	(231.204.620,14)
2085	-	12.923,27	(12.923,27)	(231.217.543,41)
2086	-	12.864,72	(12.864,72)	(231.230.408,13)
2087	-	12.898,17	(12.898,17)	(231.243.306,30)
2088	-	8.287,84	(8.287,84)	(231.251.594,14)
2089	-	8.216,52	(8.216,52)	(231.259.810,66)
2090	-	8.237,88	(8.237,88)	(231.268.048,53)
2091	-	161,54	(161,54)	(231.268.210,07)
2092	-	-	-	(231.268.210,07)
2093	-	-	-	(231.268.210,07)
2094	-	-	-	(231.268.210,07)
2095	-	-	-	(231.268.210,07)

RREO - RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - LRF Art 53, § 1º, inciso II
PLANO PREVIDENCIÁRIO - GERAÇÃO ATUAL - (Plano de Custeio Vigente)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	Valor (a)	Valor (b)	Valor (c) = (a - b)	Valor (d) = Saldo Financeiro do exercício anterior + (c)
2019				56.458.249,25
2020	7.461.411,66	4.581.763,17	2.879.648,49	59.337.897,74
2021	7.676.844,43	4.642.376,12	3.034.468,31	62.372.366,05
2022	7.839.276,49	5.189.820,94	2.649.455,55	65.021.821,60
2023	7.887.250,95	5.996.031,49	1.891.219,46	66.913.041,06
2024	7.866.065,64	6.873.767,42	992.298,22	67.905.339,28
2025	7.758.745,15	7.846.866,91	(88.121,76)	67.817.217,51
2026	7.690.727,26	8.540.093,38	(849.366,12)	66.967.851,39
2027	7.558.100,21	9.678.927,59	(2.120.827,38)	64.847.024,02
2028	7.537.366,34	10.324.700,06	(2.787.333,72)	62.059.690,29
2029	7.223.532,60	11.683.775,90	(4.460.243,31)	57.599.446,99
2030	6.984.930,93	12.574.066,41	(5.589.135,48)	52.010.311,51
2031	6.690.469,13	13.203.473,00	(6.513.003,88)	45.497.307,63
2032	6.094.425,39	13.910.266,59	(7.815.841,20)	37.681.466,43
2033	5.444.137,80	14.500.706,54	(9.056.568,74)	28.624.897,69
2034	4.771.214,15	14.937.612,26	(10.166.398,11)	18.458.499,58
2035	3.971.161,46	15.595.739,64	(11.624.578,19)	6.833.921,39
2036	3.506.988,06	15.911.650,88	(12.404.662,82)	(5.570.741,43)
2037	3.484.669,52	16.031.065,83	(12.546.396,30)	(18.117.137,73)
2038	3.447.081,48	16.153.130,64	(12.706.049,16)	(30.823.186,90)
2039	3.377.594,91	16.465.538,05	(13.087.943,14)	(43.911.130,04)
2040	3.346.951,69	16.661.059,44	(13.314.107,75)	(57.225.237,78)
2041	3.313.963,10	16.766.773,94	(13.452.810,84)	(70.678.048,63)
2042	3.322.654,52	16.598.317,24	(13.275.662,72)	(83.953.711,35)
2043	3.296.391,87	16.681.021,83	(13.384.629,96)	(97.338.341,31)
2044	3.297.750,42	16.121.751,81	(12.824.001,39)	(110.162.342,70)
2045	3.291.201,00	16.082.990,68	(12.791.789,68)	(122.954.132,38)
2046	3.293.237,78	16.010.058,89	(12.716.821,12)	(135.670.953,49)
2047	3.310.525,07	15.826.517,55	(12.515.992,48)	(148.186.945,98)
2048	313.879,97	15.170.610,63	(14.856.730,65)	(163.043.676,63)
2049	290.688,55	14.498.450,22	(14.207.761,68)	(177.251.438,31)
2050	290.753,85	13.702.444,31	(13.411.690,46)	(190.663.128,77)
2051	290.819,81	13.813.524,18	(13.522.704,37)	(204.185.833,15)
2052	290.886,43	13.032.853,11	(12.741.966,68)	(216.927.799,83)
2053	290.953,71	12.389.566,74	(12.098.613,03)	(229.026.412,85)
2054	291.021,67	11.631.150,28	(11.340.128,62)	(240.366.541,47)
2055	-	10.943.916,57	(10.943.916,57)	(251.310.458,04)
2056	-	10.125.515,20	(10.125.515,20)	(261.435.973,24)

Continua na próxima página



Continuação (...)

PLANO PREVIDENCIÁRIO - GERAÇÃO ATUAL - (Plano de Custeio Vigente)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	Valor (a)	Valor (b)	Valor (c) = (a - b)	Valor (d) = Saldo Financeiro do exercício anterior + (c)
2057	-	9.373.998,07	(9.373.998,07)	(270.809.971,31)
2058	-	8.930.352,46	(8.930.352,46)	(279.740.323,77)
2059	-	8.011.224,79	(8.011.224,79)	(287.751.548,56)
2060	-	7.489.751,94	(7.489.751,94)	(295.241.300,50)
2061	-	6.738.668,43	(6.738.668,43)	(301.979.968,93)
2062	-	5.766.077,20	(5.766.077,20)	(307.746.046,13)
2063	-	5.083.280,97	(5.083.280,97)	(312.829.327,10)
2064	-	4.454.000,51	(4.454.000,51)	(317.283.327,61)
2065	-	3.443.257,79	(3.443.257,79)	(320.726.585,40)
2066	-	2.761.284,29	(2.761.284,29)	(323.487.869,70)
2067	-	2.234.833,37	(2.234.833,37)	(325.722.703,06)
2068	-	1.691.387,46	(1.691.387,46)	(327.414.090,52)
2069	-	1.119.991,97	(1.119.991,97)	(328.534.082,49)
2070	-	1.009.609,53	(1.009.609,53)	(329.543.692,01)
2071	-	665.999,22	(665.999,22)	(330.209.691,23)
2072	-	603.004,39	(603.004,39)	(330.812.695,63)
2073	-	446.629,45	(446.629,45)	(331.259.325,07)
2074	-	368.050,31	(368.050,31)	(331.627.375,39)
2075	-	291.013,07	(291.013,07)	(331.918.388,46)
2076	-	213.823,69	(213.823,69)	(332.132.212,15)
2077	-	79.386,95	(79.386,95)	(332.211.599,10)
2078	-	76.956,51	(76.956,51)	(332.288.555,61)
2079	-	22.968,14	(22.968,14)	(332.311.523,75)
2080	-	21.944,07	(21.944,07)	(332.333.467,82)
2081	-	22.001,13	(22.001,13)	(332.355.468,95)
2082	-	22.058,33	(22.058,33)	(332.377.527,28)
2083	-	17.531,73	(17.531,73)	(332.395.059,01)
2084	-	17.485,63	(17.485,63)	(332.412.544,64)
2085	-	12.923,27	(12.923,27)	(332.425.467,91)
2086	-	12.864,72	(12.864,72)	(332.438.332,63)
2087	-	12.898,17	(12.898,17)	(332.451.230,79)
2088	-	8.287,84	(8.287,84)	(332.459.518,64)
2089	-	8.216,52	(8.216,52)	(332.467.735,15)
2090	-	8.237,88	(8.237,88)	(332.475.973,03)
2091	-	161,54	(161,54)	(332.476.134,57)
2092	-	-	-	(332.476.134,57)
2093	-	-	-	(332.476.134,57)
2094	-	-	-	(332.476.134,57)
2095	-	-	-	(332.476.134,57)

164



RREO - RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - LRF Art 53, § 1º, Inciso II
PLANO PREVIDENCIÁRIO - GERAÇÃO ATUAL e FUTURA - (Plano de Custeio Vigente)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	Valor (a)	Valor (b)	Valor (c) = (a - b)	Valor (d) = Saldo Financeiro do exercício anterior + (c)
2019				56.458.249,25
2020	7.705.041,27	4.582.588,07	3.122.453,20	59.580.702,45
2021	7.962.730,07	4.659.404,48	3.303.325,59	62.884.028,04
2022	8.305.576,35	5.209.390,04	3.096.186,31	65.980.214,35
2023	8.623.689,20	6.027.263,05	2.596.426,15	68.576.640,50
2024	8.911.192,20	6.921.913,30	1.989.278,90	70.565.919,40
2025	9.160.418,79	7.914.236,56	1.246.182,22	71.812.101,63
2026	9.386.029,47	8.627.568,77	758.460,70	72.570.562,33
2027	9.704.757,42	9.782.015,76	(77.258,33)	72.493.304,00
2028	10.018.458,97	10.452.249,78	(433.790,82)	72.059.513,18
2029	10.257.718,89	11.826.782,48	(1.569.063,59)	70.490.449,59
2030	10.472.877,25	12.745.406,77	(2.272.529,53)	68.217.920,07
2031	10.593.921,10	13.394.861,97	(2.800.940,87)	65.416.979,19
2032	10.447.716,35	14.117.243,74	(3.669.527,38)	61.747.451,81
2033	10.256.585,05	14.724.764,95	(4.468.179,90)	57.279.271,91
2034	10.024.156,03	15.176.361,12	(5.152.205,09)	52.127.066,82
2035	9.750.334,81	15.847.577,50	(6.097.242,69)	46.029.824,13
2036	9.425.230,88	16.178.920,91	(6.753.690,03)	39.276.134,10
2037	9.095.043,65	16.307.856,69	(7.212.813,05)	32.063.321,05
2038	8.738.355,75	16.437.570,50	(7.699.214,75)	24.364.106,30
2039	8.342.499,39	16.758.800,96	(8.416.301,56)	15.947.804,74
2040	7.911.992,81	16.965.292,75	(9.053.299,94)	6.894.504,80
2041	7.602.180,69	17.078.319,02	(9.476.138,33)	(2.581.633,52)
2042	7.675.171,08	16.918.388,99	(9.243.217,91)	(11.824.851,43)
2043	7.748.866,17	17.006.689,21	(9.257.823,04)	(21.082.674,47)
2044	7.823.283,47	16.455.053,93	(8.631.770,46)	(29.714.444,93)
2045	7.908.752,43	16.421.806,48	(8.513.054,05)	(38.227.498,98)
2046	7.984.732,72	16.356.109,37	(8.371.376,65)	(46.598.875,63)
2047	8.044.705,28	16.503.421,15	(8.458.715,88)	(55.057.591,50)
2048	5.095.096,37	15.860.011,88	(10.764.915,50)	(65.822.507,01)
2049	5.103.818,11	15.641.498,92	(10.537.680,81)	(76.360.187,82)
2050	5.126.089,86	15.390.428,21	(10.264.338,34)	(86.624.526,17)
2051	5.160.988,80	15.851.491,95	(10.690.503,15)	(97.315.029,32)
2052	5.191.079,36	15.497.867,26	(10.306.787,90)	(107.621.817,22)
2053	5.239.954,99	15.265.080,36	(10.025.125,37)	(117.646.942,58)
2054	5.229.439,59	15.380.933,92	(10.151.494,32)	(127.798.436,90)
2055	4.968.103,56	15.311.703,35	(10.343.599,79)	(138.142.036,70)
2056	4.989.743,11	15.305.556,71	(10.315.813,60)	(148.457.850,30)

Continua na próxima página



Continuação (...)

PLANO PREVIDENCIÁRIO - GERAÇÃO ATUAL e FUTURA - (Plano de Custeio Vigente)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	Valor (a)	Valor (b)	Valor (c) = (a - b)	Valor (d) = Saldo Financeiro do exercício anterior + (c)
2057	5.069.724,76	14.869.085,88	(9.799.361,12)	(158.257.211,42)
2058	5.168.170,52	14.758.069,27	(9.589.898,75)	(167.847.110,17)
2059	5.292.265,84	14.179.467,38	(8.887.201,53)	(176.734.311,70)
2060	5.336.956,69	14.208.727,93	(8.871.771,24)	(185.606.082,94)
2061	5.401.545,67	13.962.848,93	(8.561.303,26)	(194.167.386,20)
2062	5.472.863,33	13.492.021,59	(8.019.158,26)	(202.186.544,46)
2063	5.530.041,48	13.167.154,16	(7.637.112,67)	(209.823.657,13)
2064	5.555.416,01	13.152.313,63	(7.596.897,63)	(217.420.554,76)
2065	5.600.979,82	12.506.164,71	(6.905.184,90)	(224.325.739,66)
2066	5.583.824,43	12.630.572,44	(7.046.748,01)	(231.372.487,67)
2067	5.638.032,31	12.619.711,23	(6.981.678,92)	(238.354.166,59)
2068	5.645.198,10	12.777.124,39	(7.131.926,29)	(245.486.092,88)
2069	5.739.462,93	12.643.765,86	(6.904.302,93)	(252.390.395,81)
2070	5.753.203,87	13.268.736,33	(7.515.532,46)	(259.905.928,27)
2071	5.804.676,43	13.454.437,90	(7.649.761,47)	(267.555.689,74)
2072	5.885.365,23	13.958.181,46	(8.072.816,23)	(275.628.505,97)
2073	5.956.911,77	14.174.797,69	(8.217.885,92)	(283.846.391,89)
2074	5.980.298,39	14.747.454,32	(8.767.155,93)	(292.613.547,83)
2075	6.042.972,69	15.116.825,91	(9.073.853,23)	(301.687.401,06)
2076	6.144.245,60	15.395.181,53	(9.250.935,93)	(310.938.336,98)
2077	6.224.998,28	15.495.028,79	(9.270.030,51)	(320.208.367,49)
2078	6.302.191,11	15.842.683,89	(9.540.492,78)	(329.748.860,27)
2079	6.405.955,49	15.956.753,30	(9.550.797,81)	(339.299.658,08)
2080	6.481.725,62	16.126.640,05	(9.644.914,44)	(348.944.572,51)
2081	6.563.843,86	16.270.203,87	(9.706.360,01)	(358.650.932,52)
2082	6.651.916,62	16.116.207,70	(9.464.291,08)	(368.115.223,60)
2083	6.719.911,77	16.000.552,33	(9.280.640,55)	(377.395.864,16)
2084	6.809.366,09	15.716.227,84	(8.906.861,75)	(386.302.725,91)
2085	6.914.035,16	15.259.591,89	(8.345.556,73)	(394.648.282,64)
2086	7.002.312,07	15.411.052,65	(8.408.740,58)	(403.057.023,22)
2087	7.072.325,71	14.960.665,97	(7.888.340,26)	(410.945.363,48)
2088	7.157.738,16	14.260.488,43	(7.102.750,27)	(418.048.113,74)
2089	7.229.311,38	13.704.306,50	(6.474.995,13)	(424.523.108,87)
2090	7.301.599,66	13.204.221,39	(5.902.621,73)	(430.425.730,60)
2091	7.374.610,05	12.806.707,43	(5.432.097,38)	(435.857.827,98)
2092	7.448.349,71	12.400.040,65	(4.951.690,94)	(440.809.518,92)
2093	7.522.825,97	11.978.927,39	(4.456.101,42)	(445.265.620,34)
2094	7.615.462,31	11.506.466,04	(3.891.003,73)	(449.156.624,08)
2095	7.691.614,05	11.182.025,36	(3.490.411,31)	(452.647.035,38)

166